

Anarquismo: educação, gênero e movimentos sociais

As convulsões sociais que tiveram lugar na capital paulista em julho de 1917 apontam para a influência do pensamento anarquista entre os trabalhadores urbanos no Brasil daquele início de século. Congregados em núcleos específicos, libertários como José Oiticica e Edgard Leuenroth interferiram nos organismos de classe e seus veículos de imprensa, fomentando a aglutinação dos explorados a partir de pressupostos cuja gênese remete à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Nesse contexto, tanto as contribuições de Maria Lacerda de Moura em favor da emancipação feminina, quanto o esforço dos sindicalistas revolucionários em permitir que os sindicatos superassem as conquistas mais imediatas, atestam o empenho desses militantes no sentido de fazer da revolução social uma ação cotidiana. Disso encontramos exemplo na prática pedagógica empregada por Adolfo Lima, célebre educador português que converteu a Escola Oficina de Lisboa num ambiente propício ao exercício da ação direta e do apoio mútuo, elementos basilares da sociedade sonhada por seus confrades anarquistas.

Contudo, longe de esmorecer os signatários dessa tradição socialista, o deslocamento do eixo da luta política do campo econômico e cultural para a esfera partidária, sobretudo a partir de 1922, não arrefeceu o conjunto das realizações anarquistas em solo brasileiro, conforme se observa através da articulação de novas organizações específicas ao final do Estado Novo.

Portanto, nesse ano em que celebrarmos o centenário da Greve Geral de 1917, a Revista Espaço Acadêmico apresenta o dossiê “Anarquismo: educação, gênero e movimentos sociais”, em que reunimos alguns pesquisadores dedicados à compreensão da ideologia anarquista em suas diferentes formas históricas. Com isso, divisamos oferecer um contributo para o estudo dessa parcela do pensamento político e social que, ainda hoje, faz-se presente em diferentes expressões da luta pela igualdade.

Para tanto, iniciamos com o artigo “Anarquismo e educação nova em Portugal: O contributo de Adolfo Lima” em que o Dr. Joaquim Pintasilgo, professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, desvela a contribuição desse destacado docente da Escola Normal para a instrução pública portuguesa nos primeiros anos do século XX. Além de demonstrar a relevância de Adolfo Lima para a difusão da chamada Escola Nova em Portugal, o texto estabelece um profícuo diálogo com a obra de António Candeias, principal historiógrafo da Escola Oficina de Lisboa, espaço privilegiado para o estabelecimento do modelo educativo libertário ensejado por Adolfo Lima.

Em seguida, enquanto a Dr^a Maria Affonso Penna, docente no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, destaca o protagonismo das mulheres na inserção da emancipação feminina enquanto elemento integrante do conjunto das lutas encabeçadas pelos movimentos sociais, o professor Rafael Viana da

Silva, doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, demonstra como o sindicalismo revolucionário sobreviveu à repressão do Estado e a fundação do Partido Comunista no Brasil, elementos que durante os anos 1920 arrefeceram os ânimos e as fileiras da acracia. Nesse sentido, seus respectivos artigos, intitulados “O Anarquismo e a questão das mulheres” e “A Pedra e a Alavanca: organizações anarquistas e o sindicalismo no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)”, oferecem uma reflexão acerca das possibilidades e limites daqueles trabalhadores/militantes que, malgrado os contratemplos advindos do próprio seio da classe trabalhadora, insistiram na emancipação social enquanto resultado da ideologia e das estratégias de ação anarquistas.

Para encerrar o presente dossiê, trazemos a lume o artigo “A questão religiosa no Brasil”, transcrito conforme o original assinado por José Rodrigues Leite e Oiticica, documento que integra os espólios Pinto Quartin e Deolinda Lopes Vieira, recolhidos ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Nesse breve ensaio, o célebre militante anarquista, destacado organizador da Greve Geral de 1917 e professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II, avalia as tensões de natureza religiosa no Brasil durante a década de 1910. Esse registro, provavelmente redigido em 1915 para um dos jornais portugueses que contaram com a contribuição de Pinto

Quartin, outro conhecido militante e professor libertário, apesar de modestíssimo se comparado aos contos, sonetos, estudos de gramática, fonética e demais elementos de propaganda ácrata que compõem a obra do mestre indômito, oferece-nos um singular contributo para a compreensão do pensamento anarquista em seu tempo. Acrescido de uma análise a guisa de posfácio, gentilmente elaborada pelo professor Dr. Leonardo Brito, o opúsculo de Oiticica demonstra, ao fim e ao cabo, que naquele início de século as políticas afirmativas e o direito à diversidade religiosa ainda não figuravam enquanto bandeiras de luta.

Na certeza de que o exequível advém da nossa incessante busca pelo ideal, conforme propôs Mikhail Bakunin, oferecemos aos leitores o presente dossiê. Ainda que modesta em sua concepção, a centésima nonagésima sexta edição da Revista Espaço Acadêmico ousa em seu desejo de que avancemos em direção a um “conhecimento que nos humanize”, ainda que “um único passo”, consoante ao pregão libertário do célebre comunalista russo e seus companheiros de utopia, tão bem apreciados pela pena dos nossos autores.



Dr. Rogério de Castro
Professor do Colégio Pedro II
(Organizador)